



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO XVI - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/20__

CONTRATADA:

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, sociedade de economia mista, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, neste ato representada pelo Presidente **JAMES DA SILVA SERRADOR**, RG nº xx.26x SSP/RR, CPF nº xxx.027.48x-xx, em conjunto com a Diretora de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Águas - DTA, Sra. **ANABEL MOTA E SILVA**, RG x6.9xx SSP/RR, CPF nº xxx.207.54x-xx, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com endereço à _____, representada por _____, CPF nº _____, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, em consequência do resultado do **CERTAME LICITATÓRIO PELA LEI Nº 13.303/2016**, na forma, **PRESENCIAL**, sob o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** nº ____/20__, cujo Termo de Homologação foi publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima, em ____/____/20, edição nº ____, pág. nº ____, firmam o presente contrato de prestação de serviços, que será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações correlatas, e pelas disposições fixadas no Edital e Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. Constitui o objeto deste **CONTRATO** a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS EVENTUAIS SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES EM ÁREAS SEDIMENTADAS E/OU ÁREAS DE ROCHAS CRISTALINAS, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA E NO INTERIOR DO ESTADO DE RORAIMA, nas condições estabelecidas no Edital do Certame Licitatório pela Lei nº



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.303/2016 nº ____/20, seus anexos e a proposta da CONTRATADA, apresentada em ____/____/____.

1.2. Fazem parte integrante desse contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a)** O Edital de Licitação, seus anexos, a proposta da CONTRATADA, a Ata de Julgamento, a Adjudicação do objeto, o Termo de Homologação;
- b)** O Projeto Básico, Memorial Descritivo e o Projeto Executivo, relativos aos serviços;
- c)** Matriz de Riscos.

1.3. Em caso de divergência entre as condições mencionadas na proposta da CONTRATADA e as expressas neste contrato, prevalecerão as deste último.

1.4. O objeto deste contrato será executado pelo regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

CLÁUSULA SEGUNDA - FONTE DE RECURSOS

2.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta do recursos financeiros próprios da CAER, sob: **20501.17512493.150.003/802/001**.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇOS

3.1. A CAER pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratos e efetivamente executados, mencionados na cláusula primeira deste contrato, o valor global de **R\$ ____ (____)**, de acordo com a proposta da CONTRATADA, a(s) ata(s) de abertura e julgamento das propostas de preços e documentação de habilitação, documentos constantes do **Processo nº 250/2023**.

3.2. Fica expressamente estabelecido que no preço global citado nesta cláusula estão incluídos todos os custos diretos e indiretos e benefícios da CONTRATADA, requeridos para a execução dos serviços previstos na cláusula primeira deste contrato, tudo em consonância com as especificações e demais documentos da licitação, especialmente as despesas relacionadas no Edital, e proposta da CONTRATADA.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

3.3. Nos preços relacionados na Planilha Orçamentária estão inclusas as taxas do **BDI de ...% (.... por cento)** para a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2. Os prazos dos contratos poderão ser prorrogados ordinariamente, observadas os termos e requisitos previstos nos artigos 201 e 202 do Regulamento.

4.3. O prazo de execução dos serviços também poderá ser alterados por motivo de força maior, previstos no Parágrafo Único do artigo 393, do Novo Código Civil (Lei 10.406 de 01 de janeiro de 2002).

a) se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, por motivo de força maior, de cumprir com seus deveres e responsabilidades relativos aos serviços contratados, deverá comunicar, por escrito e no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração do prazo pretendida;

b) o comunicado sobre força maior será julgado à época do seu recebimento com relação à aceitação ou não do fato de força maior, podendo a CAER constatar, em fase ulterior, a veracidade do fato.

4.4. Constatada a suspensão da execução dos serviços por motivo de força maior, o prazo estipulado no contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário, ao reinício e conclusão dos mesmos. Qualquer dúvida com respeito a esta prorrogação de prazo será devidamente acertada entre a CAER e a CONTRATADA, visando encontrar a melhor solução para ambas as partes. Entretanto, se o reinício dos serviços por motivo de força maior demandar prazo superior a dois meses, a CAER poderá rescindir o Contrato mediante comunicação por escrito à CONTRATADA e celebração do competente Termo de Rescisão ao Contrato.

4.5. Para a suspensão da execução do contrato, deverá ser observado os artigos 247 a 249 do Regulamento.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

4.6. Não serão considerados como inadimplemento contratual os atrasos provocados por motivos de força maior e caso fortuito, devidamente comprovado, desde que notificados no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após o evento e aceitos pela CAER.

4.7. O término da vigência contratual não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas durante o período de garantia dos materiais e serviços, ficando sujeita às penalidades previstas no contrato, no caso de descumprimento de obrigação.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTOS

5.1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado.

5.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser comprovada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

5.1.2. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o Contratado:

5.1.2.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

5.1.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

5.1.2.3. Deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à CAER ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à CAER.

5.1.3. Nos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que previsto nos instrumentos convocatório e contratual e de acordo com normativo específico, a CAER poderá instituir os seguintes procedimentos:

5.1.3.1. Conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação: conta aberta pela CAER em nome do Contratado, destinada exclusivamente ao depósito das provisões relativas ao pagamento de férias, 13º (décimo

4 de 18



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores do Contratado, com movimentação vinculada ao pagamento dessas verbas; ou

5.1.3.2. Pagamento pelo Fato Gerador: os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao Contratado, devendo ser pagos pela CAER somente na ocorrência do seu fato gerador.

5.1.4. A adoção de um dos critérios previstos nos subitens 5.3.1.1. e 5.3.1.2. do item anterior deverá ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício.

5.1.5. Os pagamentos a serem efetuados em favor do Contratado estarão sujeitos à retenção na fonte de encargos fixados por lei, na forma da legislação específica.

5.2. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada —bloqueada para movimentação de que trata o subitem 5.1.3.1 será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

5.2.1. 13º (décimo terceiro) salário;

5.2.2. Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;

5.2.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

5.2.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

5.3. Os valores provisionados em Conta-Depósito Vinculada somente serão liberados nas seguintes condições, nos termos do disposto em instrumento convocatório:

5.3.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

5.3.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

5.3.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória por ventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

5.3.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

5.4. O saldo existente na Conta-Depósito Vinculada —bloqueada para movimentação apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

5.5. No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes do contrato, aCAER deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes motivos devidamente justificados pela Autoridade Competente.

5.5.1. O prazo máximo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, salvo indicação diversa consignada nos instrumentos convocatório e contratual.

5.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

5.6.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

5.6.2. Os requisitos para a antecipação de pagamento serão objeto do estudo técnico preliminar.

5.6.3. A antecipação de pagamento posta como condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço não poderá acarretar sobre preço ou superfaturamento.

5.7. A CAER poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

5.7.1. O valor da garantia oferecida para os fins deste item corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado.

5.7.2. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

5.7.3. As modalidades de garantia para os fins deste artigo serão aquelas aceitas para assegurar a execução do contrato.

5.8. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido, salvo se viável a prorrogação contratual

CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O recebimento **provisório** dos serviços se dará na data de entrega dos mesmos, ou seja, dentro do prazo estabelecido no item anterior.

6.2. O recebimento **definitivo** dos serviços, se dará após a utilização do poço durante o tempo de 6 meses, para o fim a que foi projetado;

6.3. Não serão aceitos serviços entregues em desacordo com o estabelecido no Projeto Básico, onde serão imediatamente recusados, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante. Caso o prazo definido no subitem anterior não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às sanções conforme prevê a legislação competente, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, da CAER, bem como a sanções e penalidades previstas no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE DE PREÇOS E REVISÃO

7.1. O reajustamento de preços será efetuado na periodicidade anual, considerando-se como marco inicial o mês da referência orçamentária de **setembro de 2023**, e tendo como base a variação dos índices específicos das parcelas que compõe o objeto.

7.2. Os preços contratuais poderão ser reajustados para mais ou para menos em consequência das variações de cada índice setorial específico.

7.3. Quaisquer reajustamento de preços que porventura venham ocorrer somente

7 de 18



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

poderão ser concedidos depois de transcorridos **12 (doze) meses** da data da concessão do último reajuste.

7.4. Ocorrendo revisão contratual antes da data do reajustamento, o prazo para reajuste contratual será contado a partir da referida revisão.

7.5. Serão objeto de preclusão as revisões e os reajustes de preços que não forem solicitadas até a data de aniversário anual da assinatura do contrato em relação ao período anterior, bem como estão preclusos todas as revisões e os reajustes não solicitados anteriormente.

7.6. A CONTRATADA, em tempo hábil, mediante justificativa fundamentada, deverá pleitear o aludido reajuste à CAER, conforme Regulamento.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos - RILC da CAER, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa moratória;

8.1.3. Multa compensatória;

8.1.4. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

8.2. As sanções previstas nos subitens 8.1.1. e 8.1.4. poderão ser aplicadas juntamente com as do item 8.1.2. e 8.1.3.

8.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC da CAER;

8.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

8.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à

8 de 18



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

8.5.1. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

8.6. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

8.6.1. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

8.6.2. Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

8.6.3. Por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.6.4. No caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

8.6.5. No caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;

8.6.6. No caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.6.6.1. Ocorrendo infração contratual apenada apenas coma sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

8.6.2.2. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

8.6.6.3. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

8.6.6.4. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

8.6.6.5. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

8.7. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.7.1. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

8.8. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

8.8.1. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

8.8.2. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

8.8.3. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

8.8.4. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

8.9. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA NONA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua extinção, com as consequências contratuais e as previstas em lei, reconhecidos os direitos da CAER, especialmente quanto a lucros cessantes e perdas e danos.

9.2. A extinção dos contratos poderá ocorrer pelos motivos descritos no artigo 247 do Regulamento.

9.3. Os casos de resolução contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e ampla defesa.

9.4. Constituem motivos que autorizam a CAER a exercer o direito de resolução do contrato, aqueles previstos no artigo 248 do Regulamento.

9.5. Quando a resolução ocorrer, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

10.1. A CAER exercerá a fiscalização geral do serviço, objeto deste Contrato, podendo, para esse fim, designar prepostos para assisti-la e subsidiá-la com informações pertinentes a essa atribuição, aos quais a CONTRATADA ficará

11 de 18



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização do serviço, facultando-lhes o livre acesso às suas fábricas, depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CAER.

10.1.1. Gestor designado para este Contrato:

10.1.2. Fiscal designado para este Contrato:

10.2. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

10.3. A fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CAER

11.1. Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços;

11.2. Ao receber do gestor do contrato a informação por escrito que informará, quaisquer serviços ou ações que estiverem em desacordo com o Contrato, informará à contratada, oficialmente as ações corretivas necessárias, ficando a contratada na obrigação do acato dessas ações, no tempo determinado, sob pena de suspensão do contrato. A fiscalização terá livre acesso as informações por parte da contratada que comprovem o atendimento às solicitações feitas;

11.3. Caberá a contratante fazer a Análise Físico-Química e Análise Bacteriológica dos poços perfurados:

11.3.1. A coleta de água deverá ser feita 12 (doze) horas após a desinfecção do poço e após o bombeamento do poço em descarga livre com o tempo mínimo 2

12 de 18



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

(duas) horas. A água deverá ser coletada em garrafa de plástico, limpa, com volume de 1 a 2 litros. Antes da coleta a garrafa deverá ser lavada com água do poço e, a seguir coletada a amostra diretamente da boca do poço;

11.3.2. O prazo entre a coleta e a entrega da amostra no laboratório não deve exceder a 24 (vinte e quatro) horas. Durante a coleta de água devem ser feitas as determinações de PH e da temperatura da água da boca do poço. A amostra coletada deverá ser conservada dentro de gelo, durante o seu transporte até o local da análise.

11.4. Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente da coparticipante quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

11.5. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a contratada da integral responsabilidade pela execução dos serviços;

11.6. Notificar por escrito à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como eventuais imperfeições durante a sua execução e sua vigência, afixando prazo para sua correção;

11.7. Efetuar o pagamento à contratada em conformidade com o disposto no instrumento contratual;

11.8. Exigir a qualquer tempo da contratada documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.

11.9. Caso o poço seja considerado improdutivo receberá um deságio de 50% (cinquenta por cento), no pagamento dos seguintes serviços executados: nas duas mobilizações e desmobilizações, limpeza do terreno, acompanhamento técnico (geólogo residente), perfuração em sedimento e rocha, cimentação do espaço anelar e relatório técnico. E sofrerá também o mesmo percentual de desconto no pagamento dos seguintes materiais e equipamentos utilizados: placa de obra, complemento com fornecimento e instalação de tubo PVC e pré-filtro de seixo ou brita.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Obriga-se pela saúde dos funcionários do fornecimento e monitoramento do uso de EPI's por parte dos seus empregados, encargos e obrigações de natureza trabalhista, acidentaria, previdenciária, comercial e fiscal, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar de imediato, quando solicitado todo e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

12.2. Se, em qualquer caso, empregados da contratada intentarem reclamações trabalhistas contra a contratante, a contratada responderá integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 e seguintes do Código de Processo Civil;

12.3. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objetos do contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado;

12.4. Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.5. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à contratante ou terceiros;

12.6. Comunicar à contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante, ou por seus prepostos, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local da execução dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;

12.8. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.9. Fornecer toda a mão de obra, transporte, equipamento e acessórios que, de maneira específica sejam necessários para a construção completa e satisfatória dos poços, assim como para as operações de desenvolvimento e testes de bombeamento programados, além de quaisquer outras atividades inerentes à execução dos serviços contratados;

12.10. Deverá ser mantida junto ao canteiro de obras, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida pelo CREA, devidamente assinada pelas partes, e encaminhada uma cópia autenticada a contratante;

12.11. Considerar-se-á que a contratada conhece plenamente o Termo de Referência e que o aceita totalmente. As dúvidas deverão ser esclarecidas antes da apresentação da proposta, em conformidade com os prazos estabelecidos;

12.12. Considerar-se-á que a participação da contratada nesses trabalhos implica ter verificado e dimensionado as dificuldades inerentes à execução dos serviços, inclusive as informações adicionais que deverá ser solicitado a Diretoria de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Água – DTA e a Diretoria Comercial e do Interior – DCI, de modo plenamente suficiente para assumir o compromisso de executá-lo conforme o contrato que vier a ser assinado. A não verificação por qualquer causa das dificuldades à execução dos serviços, não poderá ser alocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos;

12.13. Caberá à contratada proteger as estruturas, caminhos, cercas, árvores, etc, durante a execução dos serviços, e uma vez concluídos, deverá retirar todos os resíduos e materiais, deixando o local em estado o mais próximo das condições iniciais, recuperando tudo o que houver sido, por ventura danificado;

12.14. A contratada deverá sustar qualquer serviço em execução que comprovadamente não esteja sendo executado com boa técnica ou que ponha em risco a segurança pública ou bens da contratante, ou ainda por inobservância e ou desobediência às ordens ou instruções da contratante, cabendo à contratada todos os ônus da paralisação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO

15 de 18



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.1. É vedada a subcontratação total ou parcial deste Contrato, sob pena de sua rescisão de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

14.1. É vedada a Cessão e a Transferência total ou parcial deste Contrato, sob pena de sua rescisão de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Este Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, nos termos dos artigos 203 a 210 do RILC da CAER.

15.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

15.3. A margem de desconto ofertada na proposta deverá ser estendida aos eventuais termos aditivos realizados no contrato decorrente desta licitação.

15.4. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da contratada.

15.5. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos alocados na Matriz de Riscos como de sua responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRIBUTOS

16.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas ou encargos legais), de comprovada repercussão nos preços ora contratados, impossibilitando a execução deste contrato, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

17.1. O encaminhamento de documentos pela CONTRATADA deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da CAER, não se considerando nenhuma outra forma como prova de entrega.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais, o valor global de **R\$_____ (_____)**.

PELA CAER:

JAMES DA SILVA SERRADOR
Diretor-Presidente

ANABEL MOTA E SILVA
Diretora de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Águas - DTA

PELA CONTRATADA:

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA
RG nº
CPF nº



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

TESTEMUNHAS:

1. _____

NOME:

CPF:

RG:

2. _____

NOME:

CPF:

RG: